

Comissão de juristas que prepara anteprojeto de reforma da Lei de Execução Penal avalia o fim do alvará de soltura



Márcio Kalume/Agência Senado

**Liberdade ao fim da pena pode tornar-se automática 3**

# JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XIX — Nº 3.860 — Brasília, segunda-feira, 29 de abril de 2013



## Países ricos não pensam mais no meio ambiente, diz embaixador

Negociações na Rio+20, ano passado, foram dificultadas pela crise econômica, que mudou o comportamento de nações desenvolvidas que criticavam o Brasil na década de 1980, segundo o secretário-executivo da Comissão Nacional para a conferência e a ministra do Meio Ambiente

Marcos Oliveira/Agência Senado



Entre Luiz Alberto Machado e Izabella Teixeira, Ricardo Ferraço (3º à esq.) conduz a reunião e adverte que o desenvolvimento sustentável é um caminho sem volta

No Colóquio Internacional sobre a Rio+20 e Biodiversidade, promovido sexta-feira por duas comissões

do Senado, o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado citou dificuldades na conferência ambiental ocorrida ano passado

no Rio de Janeiro. As declarações foram endossadas pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Ricardo Ferraço defendeu mais

equilíbrio na utilização de recursos naturais e Rodrigo Rollemberg cobrou interação entre setor produtivo e governo. 4

**Juristas preparam texto-base da nova Lei de Arbitragem 3**

**Anibal Diniz comemora queda no desemprego 4**

**Luiz Henrique lamenta fraco desempenho do turismo 4**

**Senadores vão ao encontro de refugiados haitianos 2**

Karen Araújo/GoB. Jorge Viana



Em Brasília (AC), haitianos receberam apoio de força-tarefa federal. Resultados serão avaliados por senadores

**Câmara terá de explicar PEC que limita decisões do STF**

O ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli determinou que a Câmara explique, dentro de três dias, a admissibilidade da proposta de emenda à Constituição que submete algumas decisões da Corte ao Congresso. O senador Alvaro Dias chamou de estapafúrdia a PEC apresentada na Câmara. 2

**Diplomata falará sobre torcedores presos 2**



Mandado de segurança proposto pelo líder do PSDB na Câmara pede que seja suspensa a tramitação da proposta que passa a submeter decisões do Supremo ao referendo do Congresso Nacional

# Toffoli dá 72 horas para Câmara explicar PEC 33

O MINISTRO DO Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli deu 72 horas para a Câmara se pronunciar sobre a proposta de emenda à Constituição que submete algumas decisões do STF ao Congresso (PEC 33/2011) e teve a admissibilidade aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). A Câmara ainda não foi notificada oficialmente — a previsão é que a resposta da Casa só seja enviada nesta semana.



Toffoli espera a manifestação da Mesa da Câmara dos Deputados

O pedido de Toffoli vai instruir a decisão do ministro em mandado de segurança impetrado pelo líder do PSDB, deputado Carlos Sampaio (SP), para suspender a tramitação da PEC, que foi apresentada pelo deputado Nazareno Fonteles (PT-PI). Sampaio argumenta

que a proposta viola a autonomia entre os Três Poderes, alterando cláusulas pétreas da Constituição.

A aprovação da admissibilidade é o primeiro estágio da discussão de uma PEC. Mesmo assim, a votação causou polêmica entre deputados e

magistrados. O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, já tinha decidido suspender a criação da comissão especial “enquanto não houver uma definição clara sobre o assunto”.

A PEC prevê que o Congresso referende as súmulas vinculantes, as ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) e as ações declaratórias de constitucionalidade (ADCs) emitidas pelo STF.

Caso o Congresso se posicione contra a decisão do Supremo, a questão irá para consulta popular. A proposta também amplia de seis para nove o número mínimo de ministros do STF necessários para declarar a inconstitucionalidade das leis.

(Da Agência Câmara)

# Alvaro: proposta de deputado é “estapafúrdia”

A PEC 33/2011, que dá ao Congresso Nacional o poder de referendar súmulas vinculantes e ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) emitidas pelo Supremo Tribunal Federal, é “estapafúrdia e não tem chance de prosperar”, na avaliação de Alvaro Dias (PSDB-PR).



Alvaro acredita que a PEC 33 vai ser rejeitada pelo próprio Congresso

A proposta foi admitida pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, mas o presidente daquela Casa, Henrique Alves, pediu melhor avaliação do texto, antes de dar continuidade à tramitação.

Temendo o avanço da proposta, o PSDB impetrou, na quinta-feira, mandado de segurança para sustar a tramitação. Para Alvaro, porém, a medida é desnecessária. Ele considera que a PEC será derrubada pelos próprios parlamentares.

— Nós temos condições de destruir isso no próprio Congresso. Essa proposta é tão estapafúrdia que não tem chance de prosperar. É uma

afronta à Constituição, é absurdamente inconstitucional. Trata-se de uma provocação ridícula — disse Alvaro.

Questionado sobre críticas de que o STF tem invadido competências do Legislativo, o senador responsabilizou o próprio Parlamento pela situação.

— Nós é que damos motivo para que o Supremo seja visto como invasor de competências. Não há razão nenhuma para que o Congresso, a toda hora, recorra ao Supremo Tribunal Federal. Depois do fato consumado, quando a proposta aprovada é flagrantemente

inconstitucional, aí sim nos cabe ingressar com ação direta de inconstitucionalidade. Mas enquanto tivermos poder para barrar propostas inconstitucionais como essa [PEC 33/2011], não temos motivo para recorrer ao STF.

## Novos partidos

Já sobre o PLC 14/2013, que impede que parlamentares, ao ingressar em um novo partido, levem o tempo de rádio e TV e a participação no Fundo Partidário, Alvaro Dias acredita que projeto pode ser aprovado. Para ele, a liminar do ministro Gilmar Mendes, que suspendeu a tramitação do texto, apenas retardou o exame do projeto. Alvaro acredita que o Plenário do Supremo não acompanhará Gilmar Mendes.

— Nesse caso, o Plenário do Supremo vai dizer que o Poder Legislativo tem vida própria e deve tocar sua vida. Tenho a impressão de que essa é que será a conclusão, de não interferir no processo legislativo — disse.

## Comissão vai debater prisão de torcedores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou requerimento de Alvaro Dias (PSDB-PR) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) para que seja realizado debate com o embaixador da Bolívia, Jerjes Talavera, sobre a situação dos 12 torcedores do Corinthians presos em Oruro após partida contra o San José, em 20 de fevereiro.

Eles são acusados de envolvimento na morte de Kevin Espada, de 14 anos, atingido por um sinalizador disparado pela torcida brasileira. Em março, o presidente da comissão, Ricardo Ferreira (PMDB-ES), visitou os torcedores e relatou ameaças à integridade física deles. Também será debatida a situação do senador boliviano Róger Pinto Molina, asilado há um ano na embaixada brasileira em La Paz. O parlamentar é opositor do governo do presidente Evo Morales.

## Senadores farão visita a abrigo de haitianos no Acre

Por sugestão de Jorge Viana e Anibal Diniz, ambos do PT do Acre, senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vão a Brasileira (AC) para averiguar os resultados da força-tarefa dos governos federal e estadual criada para regularizar a situação dos cidadãos haitianos refugiados no Brasil.

O município, que faz fronteira com a Bolívia e tem 20 mil habitantes, abriga 1.400 haitianos em um acampamento. Segundo o governo do estado, mais de 800 imigrantes já têm CPF e 1.048 estão aptos a trabalhar no Brasil. Além de haitianos, também há no abrigo cidadãos de Bangladesh, Nigéria, Senegal e República Dominicana.

— A atitude do governo federal foi tomada. O abrigo já é outro. As condições para que se desse o mínimo de humanidade já foram dadas, mas o problema está lá — disse Jorge Viana.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

**PLENÁRIO Contratos temporários**  
14h A sessão plenária de hoje é deliberativa. A pauta está trancada pela MP 602/2012, que prorroga contratos temporários de pessoal do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

**PRESIDÊNCIA Ordem do dia**  
16h O senador Renan Calheiros preside a ordem do dia da sessão plenária.

**CMA Convênios com ONGs**  
9h A comissão promove audiência sobre o marco regulatório para convênios entre governo e ONGs. Entre os convidados está o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho.

**CONSUMIDOR Publicidade infantil**  
10h30 Comissão sobre o Código de Defesa do Consumidor debate a publicidade dirigida ao público infantil.

**EXPOSIÇÃO 53 anos de Brasília**  
17h Abertura da exposição Brasília 53 anos, na Biblioteca Luiz Viana Filho.

TERÇA

**CAE ICMS único**  
10h Comissão analisa proposta que permite a aposentados de baixa renda deduzir do IR as despesas com medicamentos.

**CMA Próteses defeituosas**  
11h30 A Comissão de Meio Ambiente vota projeto que garante o direito à substituição de próteses defeituosas pelos sistemas público e privado de saúde.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portela  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:** Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner  
**Diretora-geral:** Doris Peixoto  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich  
**Diretora de Jornalismo:** Virgínia Galvez

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Marco Antônio Reis (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção  
**Edição:** Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Flávio Faria (61) 3303-3333  
**Editor-chefe:** Silvío Burle  
**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão  
**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)



Comissão especial prepara um anteprojeto de reforma da Lei de Execução Penal com atenção voltada para a busca de uma saída para a superlotação nas prisões do país

# Juristas avaliam liberdade automática ao fim da pena

A EXTINÇÃO DO alvará de soltura é uma das propostas que serão examinadas pela comissão especial de juristas criada para apresentar um anteprojeto de reforma da Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984). Pela proposta, o condenado deverá saber a data certa de liberdade logo que começar a cumprir a pena. Deixaria de ser necessário o alvará de soltura do juiz de execução, resolvendo o problema da pena vencida.

O presidente da comissão, Sidnei Beneti, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), defendeu a medida e sugeriu a criação de um registro central interligando os estabelecimentos penais para facilitar o controle da soltura. No último dia da pena, o diretor do estabelecimento deverá assegurar a liberdade ao detento, sob pena de responder por abuso de autoridade.

— A pena vencida é uma verdadeira chaga nacional — lamentou o ministro.

Para Beneti, dois objetivos



Presidente do colegiado, Beneti pedirá renovação do prazo para os trabalhos

devem ser atingidos na reforma da lei: prevenção individualizada para que o transgressor não volte a cometer infrações e prevenção geral para disseminar o conceito de que todo delito gera punição.

Entre outros pontos a serem analisados, o ministro sugeriu a necessidade de fixar um prazo máximo para a prisão preventiva. Como o tema está relacionado ao Código Penal, essa e outras sugestões podem ser encaminhadas para a comissão de senadores que

examina a reforma daquele código, a partir de anteprojeto elaborado por outro grupo de juristas.

Beneti, que vai acumular a presidência e a relatoria da comissão, adiantou que pedirá a renovação do prazo de funcionamento do colegiado, podendo haver audiências regionais em todo o Brasil. As próximas reuniões foram marcadas para 10 e 26 de maio, no Senado, e poderão ser transformadas em audiências públicas.

Márcia Kolumbe/Agência Senado

## Secretária sugere que crimes menores não resultem em prisão

Superlotação e precariedade dos presídios revelaram-se uma preocupação geral. A secretária de Justiça do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes — que preside o Conselho Nacional de Secretários de Justiça e de Administração Penitenciária —, mostrou que hoje, para quase 550 mil presos no Brasil, existem pouco mais de 309 mil vagas nos presídios, o que revela um déficit de 43,7%. Segundo ela, o número de presos pode chegar a mais de 1 milhão até 2023, mas as vagas serão pouco acima de 338 mil (déficit de 68,77%). Seria necessário um aumento de vagas em 220%, com impacto de R\$ 22 bilhões, devido ao custo de R\$ 30 mil por vaga. Por isso, Maria Tereza defende que as prisões sejam reservadas apenas para crimes mais graves.

— Furto e receptação não são tão graves e continuam gerando superlotação e despesa elevada — afirmou.

O promotor de Justiça de Pernambuco Marcellus Ugiette sugeriu que a nova lei

defina parâmetros para evitar situações como a que ocorre no estado dele, onde unidade com capacidade para 98 presos abriga cerca de 1.500. Ele sugeriu a criação de um baixo percentual de tolerância.

— Precisamos tirar o Estado da zona de conforto e chegaremos a isso se conseguirmos que ninguém mais possa entrar no presídio depois de atingido o teto de capacidade.

Depois de citar as condições “medievais” dos presídios, o advogado Carlos Pessoa Aquino defendeu verbas obrigatórias para o sistema prisional e de execução penal. O presidente da Agência Goiana do Sistema de Execução Penal, Edemundo Dias, criticou as retenções de verbas, defendendo o orçamento impositivo para a área. Ele informou que no dia anterior havia tomado conhecimento de que cerca de R\$ 13 bilhões destinados ao sistema prisional no Orçamento estavam retidos.

— O próprio Estado passa a ser um Estado infrator.

# Punições alternativas devem evitar “comparecimento fictício”

Uma das funções da Lei de Execução Penal é definir como serão cumpridas as penas alternativas. Sobre isso, Beneti pediu à comissão ideias para padronização. Ele acredita que uma condenação a prestação de serviços por períodos muito longos pode criar má vontade e problemas operacionais, muitas vezes resultando em “comparecimento fictício”.

— Vamos tentar fazer uma lista de medidas que, dentro do possível, seja de fácil aplicação — disse o ministro.

O trabalho nas prisões também foi citado para exame. Edemundo Dias sugeriu que o trabalho seja obrigatório, de acordo com a aptidão e a capacidade do preso, inclusive o provisório. Ugiette observou que, em Pernambuco, o

governo proibiu o trabalho de presidiários se não houver salário. O objetivo é impedir ações trabalhistas, resultando numa queda elevada de presos que hoje estão sem nenhuma atividade. A seu ver, a nova lei deve enfrentar essa questão de forma equilibrada.

Ugiette também defendeu o exame de novas regras para as saídas temporárias. Ele

acredita que a melhor forma é diluir as saídas, para que o preso possa deixar a prisão mais vezes, mas por tempo mais curto. A seu ver, o fato de o preso ficar por muito tempo na prisão faz com que, ao sair em situação temporária, se encontre sob maior pressão, o que contribui para o mau comportamento.

Para Carlos Aquino, a nova

lei deve ainda definir prazos de prescrição para as faltas disciplinares, sugerindo que o teto seja de dois anos. Em relação ao direito de visita dos condenados, o advogado citou a importância de que seja assegurado ao preso o direito de receber visita do companheiro, independentemente de orientação sexual ou qualquer outro aspecto.

## Juristas preparam esboço da nova Lei de Arbitragem

Os juristas da comissão especial que elabora anteprojeto para uma nova Lei de Arbitragem e Mediação decidiram sexta-feira realizar debates em reuniões fechadas de trabalho para construir um texto consensual. Após o fechamento de uma proposta inicial, as entidades serão convidadas a apresentar sugestões ao texto.

Os integrantes também aprovaram o regulamento da comissão e concordaram que apenas o presidente, Luis Felipe Salomão, falará em nome do colegiado. No entanto, os juristas não estarão impedidos de escrever artigos acadêmicos ou proferir palestras sobre os temas abordados na comissão, desde que o façam nos próprios nomes.

A realização de reuniões fechadas tem o objetivo de racionalizar o trabalho e não gerar debates inócuos sobre um texto que ainda será modificado. A preocupação dos juristas também é com a eventual deturpação dos “profundos e complexos” assuntos enquanto ainda estão em discussão.

Quando o esboço do anteprojeto de lei estiver pronto, as entidades mais próximas ao tema serão convidadas a discuti-lo em audiências públicas. Com as contribuições, o texto será consolidado e passará a tramitar no Senado como projeto de lei.

Criada em abril pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, a comissão tem um prazo de 180 dias para apresentar o anteprojeto de lei sobre arbitragem e mediação.

## Cícero Lucena aponta violência na Paraíba e pede investimentos



Genildo Magalhães/Agência Senado

Cícero Lucena (PSDB-PB) fez um apelo aos governantes para intensificar ações de segurança pública. Segundo ele, a Paraíba

passou do 20º para o 6º lugar no ranking de violência de 2000 para 2010, de acordo com o *Mapa da Violência*, do Ministério da Justiça.

— Não quero encontrar responsáveis, mas parceiros para enfrentarmos essa grave situação — disse, citando entre as possíveis soluções o piso salarial nacional para policiais.

Ele também criticou o sistema carcerário, que, “em vez de recuperar cidadãos”, forma “novos profissionais do crime”.

## Paim elogia promessa de fechar presídio em Porto Alegre



Genildo Magalhães/Agência Senado

Paulo Paim (PT-RS) elogiou a promessa do governador Tarso Genro de desativar até 2014 o Presídio Central de Porto Alegre. O local, segundo o senador, está superlotado, tem péssima situação sanitária e abriga 4.300 presos, apesar de ter 2.069 vagas.

— É o começo de uma grande reviravolta — afirmou.

Para ele, o caso reflete a “falida” situação carcerária no país, que não pune nem recupera.

— Manter 200, 300 presos em um espaço físico onde cabem 100 não resolve a violência — assinalou Paim, ao apresentar um perfil do preso no Brasil.



Luis Felipe Salomão será o único a falar em nome da comissão de juristas



Crise econômica na Europa e nos Estados Unidos fez desaparecer a preocupação ambiental que gerava críticas ao Brasil na década de 1980, diz secretário-executivo da conferência

# Países ricos dificultaram a Rio+20, afirma embaixador

HOMENAGEADO SEXTA-FEIRA NO Colóquio Internacional sobre a Rio+20 e Biodiversidade, o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado afirmou que é fácil criticar um país em crise, como o Brasil esteve na década de 1980, para exigir dele que se preocupe com o meio ambiente.

— Agora esse discurso se volta contra aqueles que estão em crise e não estão mais preocupados com o meio ambiente, e sim com a geração de empregos e a solução de suas dificuldades econômicas. Essa mudança tornou as negociações da Rio+20 particularmente difíceis.

Segundo o embaixador, que foi secretário-executivo da Comissão Nacional para a Rio+20, os países desenvolvidos não estavam mais interessados em reafirmar os compromissos da Rio 92.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse que Machado é um dos mais destacados diplomatas do Brasil. Ex-subsecretário-geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia



Machado recebeu homenagem em colóquio feito por duas comissões

do Itamaraty, Machado passará a trabalhar na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, concordou com o embaixador sobre as dificuldades enfrentadas na Rio+20. Segundo ela, reafirmar o legado da Rio 92 foi uma das tarefas mais complexas na conferência do ano passado.

— O que existe hoje em vários países desenvolvidos é uma crise que muito possivelmente vai afetar o modo de vida nessas regiões por 20 ou

30 anos. É nesse contexto que vamos discutir temas como clima e o legado da Rio+20 — alertou a ministra.

Outro ponto destacado pelo embaixador foi que, já em 1992, ficou muito claramente estabelecido que não existe sustentabilidade se não houver, ao mesmo tempo, desenvolvimento econômico, inclusão social e proteção ambiental.

— No longo prazo, não há sustentabilidade ambiental isolada. Não há sustentabilidade econômica isolada. Não há sustentabilidade social isolada — reiterou Machado.

O Colóquio Internacional sobre a Rio+20 e Biodiversidade foi promovido por duas comissões do Senado: a de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA), presidida por Blairo Maggi (PR-MT), e a de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida por Ferraço. Um dos objetivos do encontro foi discutir o documento *O Futuro que Queremos*, publicado ao final da Rio+20.

## Rolleberg: é preciso compreender que biodiversidade produz riqueza

Ex-presidente da Comissão de Meio Ambiente, Rodrigo Rolleberg (PSB-DF), ressaltou que a biodiversidade pode gerar riquezas. Para isso, é preciso fortalecer a interação entre o setor



Marcos Oliveira/Agência Senado

produtivo e o governo e utilizar pesquisas científicas para ampliar os conhecimentos na área.

— Os empresários modernos estão percebendo que o respeito à biodiversidade gera grandes oportunidades de negócios, tanto para eles como para as populações.

Para que o país continue no

caminho do desenvolvimento sustentável, Rolleberg disse que é necessário implementar as Metas de Aichi, estabelecidas em 2010, em Nagoya, no Japão (veja quadro abaixo).

O senador observou que os parlamentares podem aperfeiçoar a legislação sobre a área. Como exemplo, lembrou que o Senado já aprovou um projeto (PLS 306/1995), atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, que altera a lei de acesso aos recursos genéticos.

### Metas de Aichi

Objetivos estratégicos definidos na conferência que a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou, em 2010, em Nagoya (Japão)

- Tratar das **causas** fundamentais de perda de biodiversidade, fazendo com que preocupações com biodiversidade permeiem governo e sociedade.
- Reduzir as **pressões diretas** sobre biodiversidade e promover o **uso sustentável**.
- Melhorar a situação de biodiversidade protegendo **ecossistemas, espécies e diversidade genética**.
- Aumentar os **benefícios** de biodiversidade e **serviços ecossistêmicos** para todos.
- Aumentar a **implementação** por meio de planejamento participativo, gestão de conhecimento e capacitação.

## Ferraço defende mais equilíbrio na utilização de recursos naturais

Para Ricardo Ferraço (PMDB-ES), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o desenvolvimento sustentável é um caminho sem volta, pois, se não houver uma relação mais equilibrada com os recursos naturais, “a própria civilização ficará comprometida”. Ele fez a declaração durante o Colóquio

Internacional sobre a Rio+20 e Biodiversidade.

Ao ressaltar que “essa é uma estrada na qual não se caminha sozinho”, Ferraço disse que as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável têm de ser elaboradas em conjunto por Executivo, Legislativo, Judiciário, setor privado, sociedade, institutos

de pesquisa e organizações não governamentais.

O senador também avaliou que, apesar das críticas à Rio+20 pela ausência de prazos e metas “mais concretos”, o texto final apresentado pela conferência teve o mérito de enfatizar a dimensão social do debate, ao assinalar que o desenvolvimento sustentável

não é possível sem o esforço pela erradicação da pobreza.

Ferraço lembrou que no documento da Rio+20 há uma advertência de que uma em cada cinco pessoas no planeta vive em situação de pobreza extrema.

Além disso, Ferraço disse que o texto contém “um chamado claro na direção de

uma nova ética ambiental” que envolve o equilíbrio entre necessidades econômicas, sociais e ambientais para as atuais e as futuras gerações. Ele frisou que é fundamental discutir os passos a serem dados nos próximos anos, “particularmente face ao papel de liderança do Brasil nesse debate global”.

## Anibal destaca diminuição do índice de desemprego no Acre e no Brasil



Gerardo Magela/Agência Senado

Anibal Diniz (PT-AC) comemorou, na sexta-feira, os números da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) divulgados na semana passada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ele destacou a taxa de 5,7% de desocupação, a menor registrada para o mês de março desde o início da série histórica, em 2002.

Na comparação com março do ano passado (6,2%), o índice é 0,5 ponto percentual menor. A PME é feita nas regiões metropolitanas do Recife, de Salvador, de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Porto Alegre.

— Essa é uma notícia que precisa ser comemorada e prova que as medidas adotadas pelo governo federal são acertadas — afirmou.

Anibal ressaltou que o Acre também está acompanhando o Brasil no que diz respeito ao mercado de trabalho. Em 2011, o estado apresentava a terceira menor taxa de desemprego do país: 4,2%.

Ao destacar que o Brasil atravessa uma fase de pleno emprego, Anibal foi lembrado por Paulo Paim (PT-RS) sobre a difícil situação da Europa.

## Senador lembra em Plenário o aniversário de 70 anos da CLT

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) saudou na sexta-feira o 70º aniversário da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para ele, o marco inaugural de uma luta ainda atual por valorização do trabalho, garantias ao trabalhador, direito ao compartilhamento dos lucros das empresas e fortalecimento da ação sindical. Amanhã, o *Especial Cidadania* do **Jornal do Senado** será dedicado ao assunto.

O senador lembrou que a CLT esteve ameaçada diversas vezes. No fim do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, em 2001, observou, o governo propôs a flexibilização de direitos trabalhistas. Aprovado pela Câmara, o projeto foi retirado pelo sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva. Paulo Paim (PT-RS) informou que há quatro projetos na Câmara com objetivos semelhantes.

Rolleberg registrou também os 81 anos do Código Eleitoral que instituiu o voto feminino. Ele disse que, se hoje uma mulher preside o país, não se pode esquecer do “marco zero dessa conquista”.

## Luiz Henrique lamenta resultados do Brasil no turismo internacional

Nos últimos dois anos o Brasil recebeu cerca de 11 milhões de turistas, quando poderia ter sido o destino de ao menos 20 milhões de pessoas. A opinião é de Luiz Henrique (PMDB-SC), que, na sexta-feira, mostrou preocupação com os números do setor.

O senador apresentou estudo do professor Fernando Marcondes de Mattos segundo o qual, em 2011, dos 990 milhões de turistas internacionais, apenas 5,4 milhões vieram para o Brasil.

— Turismo é a grande arma de países desenvolvidos para gerar caixa e alavancar a economia. Este é um país continental, com diversidade natural e cultural extraordinárias, com uma costa marítima do tamanho da Muralha da China, com a maior floresta tropical do mundo, com rios, lagos, cachoeiras e montanhas, mas fica com apenas 0,54% das viagens internacionais — lamentou.

Apesar disso, Luiz Henrique disse acreditar que o Brasil “vai virar o jogo”. Segundo ele, se em dez anos o número de visitantes triplicar, os empregos irão quintuplicar, aumentando a renda da população.



Gerardo Magela/Agência Senado